DA COMPREENSÃO À PRÁXIS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MEIO AMBIENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCACIONAIS

David Silva Rocha[1]; Emanuele Santos de Carvalho[2]; Daíse Cardoso[3]

[1] Discente do curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista, BA. E-mail:202210353@uesb.edu.br [2]Engenheira Florestal, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista, BA. E-mail:emanuele.engflor@gmail.com
[3] Engenheira Florestal, Docente do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista, BA. E-mail: daisecardoso@uesb.edu.br

RESUMO

O desenvolvimento de práticas eficazes de Educação Ambiental exige a compreensão prévia de como os sujeitos percebem o espaço em que vivem. Este estudo objetivou analisar as representações sociais de "meio ambiente" em diferentes contextos educacionais no município de Vitória da Conquista, Bahia. A pesquisa envolveu discentes de Engenharia Florestal e Agronomia, alunos do Mestrado em Educação e artesãs do programa Techné-Plural, utilizando a técnica de evocação livre de palavras e questionários. As respostas foram classificadas nas perspectivas naturalista, globalizante e antropocêntrica. Os resultados demonstraram que as artesãs apresentaram uma percepção predominantemente antropocêntrica, correspondendo a 60% das respostas. Entre os discentes, os ingressantes do 1º período de Engenharia Florestal exibiram uma visão naturalista (50%). Em contraste, os demais grupos universitários demonstraram uma perspectiva globalizante, totalizando entre 41,7% e 50% das respostas. O estudo demonstra que o nível formativo e a vivência em espaços não-formais geram compreensões distintas sobre o ambiente. Conclui-se que há uma transição de percepção ao longo da formação acadêmica, reforçando a importância de abordagens de Educação Ambiental contextualizadas para aumentar a eficácia das políticas públicas locais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Formal e Informal; Análise de Conteúdo.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre as pessoas e o meio ambiente é construída a partir das experiências, conhecimento, valores e práticas desenvolvidas em diferentes contextos sociais (RAATIKAINEN et al., 2024; GREIDER & GARKOVICH, 1994). Dessa forma, o ambiente não se restringe aos elementos naturais, mas envolve também relações sociais, culturais e históricas e da maneira como os indivíduos percebem e atribuem significados ao espaço em que vivem (REIGOTA, 2010).

E esta compreensão amplia o campo da Educação Ambiental para além de perspectivas exclusivamente preservacionistas ao considerar as relações entre sociedade e natureza e a participação dos indivíduos na construção e transformação de suas realidades (REIGOTA, 2010; SOUZA & ZIONI, 2003). Para o desenvolvimento de práticas educativas relacionadas às questões ambientais, é importante conhecer previamente as representações de meio ambiente dos sujeitos envolvidos (SILVA; COSTA E SILVA; TREVISAN, 2014; REIGOTA, 2010).

A comparação entre diferentes contextos educacionais em Vitória da Conquista, Bahia, pode evidenciar aproximações e diferenças nas formas de compreender o meio ambiente, contribuindo para ações de Educação Ambiental mais contextualizadas. Além de verificar nossa hipótese central que assume que contextos educacionais distintos produzem representações diferenciadas o que influencia diretamente a eficácia das políticas ambientais no município.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em Vitória da Conquista, Bahia, entre julho de 2025 e maio de 2026, com estudantes do 1º, 6º e 8º períodos de Engenharia Florestal, 6º período de Agronomia, Mestrado em Educação e artesãs vinculadas ao programa Techné-Plural. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, utilizando-se a técnica de evocação livre de palavras e uma questão aberta sobre o significado de meio ambiente.

Na primeira etapa, aplicamos a técnica de evocação livre de palavras, consistindo no registro das quatro primeiras palavras ou expressões que vieram à mente quando pensavam no termo “Meio Ambiente”. Em seguida, classificaram numericamente as palavras segundo o grau de importância, sendo o número um para a mais importante e quatro para a menos importante (BONNEC, ROUSSIAU e VERGÈS, 2002).

Na análise do conteúdo (BARDIN, 1977) as palavras obtidas foram organizadas, submetidas à categorizaçã, conforme metodologia proposta por SILVA et al. (2014), e como recurso complementar para visualização dos dados, foram elaboradas nuvens de palavras na plataforma WordCloud Online (https://wordcloud.online/pt). As respostas referentes à definição de meio ambiente foram classificadas nas categorias propostas por (REIGOTA, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estes são resultados parciais, onde após as análises de conteúdo observamos uma distinção interessante não só entre os ambientes formais e não-formais, mas em relação ao momento formativo dos estudantes na graduação. As artesãs em geral (60% das respostas) consideram o meio ambiente a partir de uma visão antropocêntrica, como esperado nestes espaços (KATON et al., 2017), pois percebem o meio ambiente, principalmente a partir dos serviços ecossistêmicos prestados, sejam provisão, regulação ou culturais (FIGURA 1). Neste sentido, a educação ambiental quando aplicada corretamente pode mudar de maneira significativa essa visão (KOWAScH et al., 2022).



FIGURA 1 - Nuvem de palavras gerada a partir das evocações livres das artesãs participantes do grupo Techné - Plural sobre o termo-indutor meio ambiente. Na nuvem destacam-se os termos *cuidado, natureza, vida* e *amor* como elementos centrais das representações sociais do grupo, evidenciando uma percepção *antropocêntrica.*

Já entre os discentes apenas a turma do 1º período de Engenharia Florestal se diferenciou (FIGURAS 2), com uma visão naturalista (50% das respostas), contrastando com os demais e sua visão globalizante (entre 41,7 e 50% das respostas), esta distinção demonstra a ineficiência da aplicação do proposto pela

Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999). Esta normativa impõe que a educação ambiental atravesse os conteúdos de todas as disciplinas ao longo da formação educacional formal (do ensino fundamental ao superior), mas o que podemos observar é um tratamento das questões ambientais separando natureza e sociedade como coisas distintas (FRAGA et al., 2021).



FIGURA 2 - Nuvem de palavras gerada a partir das evocações livres dos discentes dos (A) 1º período, (B) 6º período e (C) 8º período de Engenharia Florestal sobre o termo-indutor meio ambiente. Na nuvem A destacam-se os termos que evidenciam uma percepção *naturalista*. Na nuvem B e C destacam-se os termos que evidenciam uma percepção *globalizante.*

4. CONCLUSÃO

Os resultados confirmam a hipótese de que diferentes contextos educacionais influenciam diretamente as representações sociais sobre o meio ambiente. Constatou-se uma distinção clara entre os grupos: enquanto o espaço não-formal, representado pelas artesãs, tende a uma visão antropocêntrica focada nos serviços ecossistêmicos, o ambiente acadêmico evidencia uma evolução perceptiva ao longo do tempo.

A predominância de uma visão naturalista entre os ingressantes indica limitações na aplicação transversal da Política Nacional de Educação Ambiental durante a formação básica. Contudo, o avanço na graduação e o ingresso na pós-graduação favorecem a construção de uma perspectiva globalizante, que integra as dimensões naturais e sociais.

Portanto, para que as políticas ambientais sejam mais efetivas no município, é imprescindível que as práticas e intervenções de Educação Ambiental abandonem modelos padronizados e passem a ser desenhadas de forma específica, respeitando a bagagem sociocultural e o estágio formativo de cada público.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 70. Ed. São Paulo: Cintrão, 1977.

BRASIL. LEI nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 de abril de 1999. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 19 maio 2026.

FRAGA, L.A.G.; RIONDET-COSTA, D.R.T.; BOTEZELLI, L.. Percepção ambiental de
alunos de escolas municipais inseridas no bioma Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v.16, n.3, p.439-456, 2021. https://periodicos.unifesp.br/revbea/article/view/11536.

GREIDER, T.; GARKOVICH, L. Landscapes: The Social Construction of Nature and the Environment. **Rural Sociology**, v.59, pág.1-24, 1994. https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.1994.tb00519.x.

KATON, G.F.; TOWATA, N.; BERCHEZ, F.; URSI, S. Social Representation of Marine and Coastal Environments: a perspective of teachers from southeast coast of Brazil. **Conexão Ci.**, Formiga/MG, v.12, n.esp..2, pág. 298-304, 2017. https://revistas.uniformg.edu.br/conexaociencia/article/view/848.

KOWASCH, M.; OETTEL, J.; BAUER, N.; LAPIN, K. Forest education as contribution to education for environmental citizenship and non-anthropocentric perspectives. **Environmental Education Research,** v.28, n.9, p.1331-1347, 2022. https://doi.org/10.1080/13504622.2022.2060940.

RAATIKAINEN, K.J.; TUPALA, A.K.; NIEMELA, R.; LAULUMAA, A.M.; The intricate
diversity of human–nature relations: Evidence from Finland. **Ambio,** v.53, pág.181–200, 2024. DOI:https://doi.org/10.1007/s13280-023-01933-1.

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 93p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 12).

SILVA, MJ.; COSTA E SILVA, G.; TREVISAN, I. Representações sociais de meio ambiente: um estudo com licenciandos de diferentes cursos da UEPA,*campus* Altamira. **Revista de Educação em Ciências e Matemática**, v.11, n.21, p.92-105, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v11i21.2421.

SOUZA, D.V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das Representações Sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.2, pág.76-85, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000200008